

# ESTUDOS CONVERSACIONAIS E A RELAÇÃO DE PODER EM SALA DE AULA

LINS, Neilton Farias<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho tem a intenção de discutir arcabouços teóricos para o estudo da relação de poder no discurso de sala de aula a partir dos estudos do discurso desenvolvidos por Bakhtin (2006), Foucault (1979), Orlandi (1983 e 1999), Santos (1999), van Dijk, (1988 e 1997) e estudos conversacionais estabelecidos por Brown & Levinson (1987), Galembeck (2005), Gumperz (1982), Kerbrat-Orecchioni (2006).

**Palavras-chave:** Relação de poder, discurso, conversação.

**Resumen:** Este trabajo tiene la intención de discutir los marcos teóricos para el estudio de las relaciones de poder en el discurso de la clase de los estudios del discurso desarrollado por Bajtín (2006), Foucault (1979), Orlandi (1983 y 1999), Santos (1999), van Dijk, (1988 y 1997) y los estudios de conversación establecidos por Brown y Levinson (1987), Galembeck (2005), Gumperz (1982), Kerbrat Orecchioni (2006).

**Palabras clave:** Relación de poder, el discurso, la conversación.

“ENQUANTO OS HOMENS EXERCEM SEUS PODRES PODERES,  
morrer e matar de fome, de raiva e de sede  
são tantas vezes gestos naturais.”  
(Caetano Veloso)

## 1 - Os estudos conversacionais

Os estudos conversacionais em sala de aula requerem uma análise da interação verbal, apresentando-se relacionada a tal temática, categoria proposta por Bakhtin<sup>2</sup> (2006). Dessa forma, persegue-se a discussão de conceitos que envolvem o processo interativo, como os de *enunciação* e *interação*, por possuírem determinada ligação, pois “a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizado”, por a palavra, proferida pelo interactante, dirigir-se a um outro, obviamente o que completa o circuito comunicativo.

Nesse aspecto, dir-se-ia que a palavra não pode ser tida como neutra, nem pode haver um interlocutor isolado do mundo dialógico, porque cada enunciação é carregada

---

<sup>1</sup> Mestre em Linguística – UFAL – [nflingua@ig.com.br](mailto:nflingua@ig.com.br).

<sup>2</sup> A perspectiva de Bakhtin entra neste trabalho pelas considerações acerca da interação verbal.

de intenções, as chamadas *intenções discursivas* porque, quando se dá a apropriação da palavra por qualquer interactante, ela passa a carregar a sua marca, a da *expressividade*; aquilo que lhe é subjetivo, contaminando-lhe a significação.

A marca da *expressividade* em uma palavra não lhe pertence propriamente dito, mas, ao enunciado e à condição real do seu uso. Não pertence à palavra do dicionário, mas àquela no âmbito sociopolítico. Em relação à *função ideológica*, a palavra preenche qualquer dos seus tipos, como a ideológica, a estética, a científica, a moral e a religiosa. Essa mesma palavra possui duas faces: a *primeira* diz respeito ao fato de ela proceder de alguém; a *segunda*, por dirigir-se a alguém.

Nesse aspecto, diz-se haver uma dependência entre o sujeito que fala e aquele que escuta, o que na conversação esses papéis perde sua “fixidez”, visto que os sujeitos da conversação podem trocar de turno. Mesmo que não haja interlocutor em um determinado discurso, esse não pode ser visto como desconexo de uma remissividade dialógica, pois, esse discurso é carregado de ideologia de outro discurso, e com os tais dialoga ou poderá dialogar, visto que, ninguém pode ser considerado um Adão bíblico de um determinado discurso, pois, todo discurso é uma resposta de algo já dito, mesmo que essa resposta apresente argumentos contraditórios.

Esse mesmo filósofo da linguagem em (2006) faz um paralelo entre o livro e o ato da fala dizendo o seguinte:

o ato de fala sob a forma de livro é sempre orientado em função das intervenções anteriores na mesma esfera de atividade, tanto as do próprio autor como as de outros autores: ele decorre portanto da situação particular de um problema científico ou de um estilo de produção literária. Assim, o discurso escrito é de certa maneira parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc. Bakhtin (2006).

Assim, tudo que é dito, constitui-se uma alternativa para interação entre *mim* e *outro*, pois, é pelo uso da palavra que o eu se constitui sujeito nas interações sociais. Essa ligação entre mim e o outro não pode haver a não ser pela palavra, mesmo que as palavras não sejam realmente do falante, nem as do interlocutor a ele pertençam, a não ser no ato da fala, em que seu aparelho fonador é posto em uso. A partir do momento em que as palavras forem enunciadas, perdem seu dono e passam a ser de domínio

público. Apesar desse não-monopólio da palavra, é nela, no uso dela que o falante se constitui sujeito das relações sociais.

A essência da língua não é apenas a busca por explicações sintática, morfológica, fonológica, semântica, nem ao menos, tentativa de se explicar como acontecem as enunciações como atos fisiológicos, bem mais que isso, a essência da língua está nas relações sociais em que os sujeitos envolvidos na interação verbal estão imbricados na busca por completudes, em que os sujeitos do discurso/conversaão/interação só se constituem sujeitos nas relações dialógicas e sociais.

Nesse jogo cooperativo de discurso e posições que os sujeitos assumem é que se constitui a responsividade ativa. Na teoria bakhtiniana, é defendida como uma resposta a um discurso, isto é, qualquer enunciado é compreendida como uma resposta, seja no plano da conversaão ou não, seja na ação discursiva imediata ou não; toda enunciação se constitui numa resposta a um determinado discurso, embora essa resposta nem sempre se constitui em assentimento, mas, pelo contrário, mesmo as discordâncias são tidas como responsividade ativa, assim enunciando Bakhtin (2006,p.99) diz o seguinte:

Toda enunciação, mesmo na forma imobilizada da escrita, é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal. Não passa de um elo da cadeia dos atos de fala. Toda inscrição prolonga aquelas que a precederam, trava uma polêmica com elas, conta com as reações ativas da compreensão, antecipa-as. Bakhtin (2006, p.99)

Nesse sentido, podemos dizer que a palavra só assume completude em um contexto real de uso social, fora disso tem-se uma abstração, mesmo as enunciações tidas como “monologilizadas” não podem está isoladas de fatores sociais, isto porque o monólogo é uma resposta a um discurso.

Assim, o sentido de uma palavra é completo na negociação e renegociação e/ou nas relações que se estabelece entre os sujeitos do discurso, logo, esse sentido é tido apenas no contexto em que a palavra é usada, assim, tantos quanto forem os contextos da palavra, mais significações ou valor ideológico essa palavra pode assumir. Por exemplo: o uso da palavra PÃO em diferente momento ou contexto de usos e sujeitos nesses contextos envolvidos poderá trazer uma significação ou ideologia diferente.

Digamos pão para o religioso do cristianismo é tido como comunhão do corpo de Cristo, para o judeu o pão pode significar a Páscoa ou libertação da vida de escravo

no Egito, mas digamos para o faminto ou mendigo, a palavra perderá todos esses valores ideológicos, passando a ter apenas o valor que lhe é original, alimento. Apesar de tudo isso a palavra pão continua sendo pão, seu contexto e sujeitos envolvidos é quem poderá influenciar em sua significação.

Nessa perspectiva, um contexto sócio-histórico de uma palavra pode se dividido em dois ou mais, Bakhtin (2006, p.109) afirma que esse contexto podem ser *conflitantes*, embora dentro de um mesmo tempo e espaço, esse contexto podem conflitar ou interagir entre si. Esse conflito que se desenvolve é tido também como interação. Logo, fica evidente que interação não pode ser classificada apenas como harmonia entre os sujeitos discursivos, mas pelo contrário, as discordantes enunciações podem vistas como interações.

O filósofo russo (2006, p.125) faz um paralelo entre o diálogo e a interação, em que o mesmo diz o seguinte:

O diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra “diálogo” num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja. Bakhtin (2006, p.125)

A conversação como resultado de uma atividade entre dois ou mais interlocutores, em que ambos negociam seus turnos conversacionais em uma situação face a face, cuja negociação pode apresentar graus de coprodução, levando-se em conta o tipo de conversação desenvolvida. Se a conversação for predominantemente simétrica, maior negociação, caso contrário, se assimétrica, menor negociação.

Baseados no exposto anteriormente, é possível considerar que a interação entre os pares de uma conversação poderá sofrer alterações em um determinado contexto, visto que, cada ação de um dos interlocutores envolvidos no processo conversacional poderá determinar outra ação por parte de seu interlocutor, é como se uma ação causasse uma reação, essa reação poderá ter consequência para o primeiro interactante, uma vez que sua face poderá ser ameaçada, que como resultado dessa realização da ameaça, poderá também ter ameaçar a face de seu interactante.

Assim, nesse jogo de ameaças de arranhões de faces, os interlocutores buscam estratégias conversacionais capazes de minorar esse perigo, para isso cada interactante procura controlar suas próprias palavras, assim como também as palavras de seu

parceiro conversacional. Para manter o controle da situação discursiva, cada sujeito envolvido na conversação procura criar autoimagem de si mesmo, em que nessa construção de autoimagem, tornam públicos seus traços positivos e escondem os traços negativos.

Nesse jogo de preservação de faces os interactantes podem entrar em conflito, visto que, na preservação de sua face um dos falantes poderá ameaçar os interesses do outro, que de imediato tentar se proteger, lutar pelo seu interesse. O que poderá causar uma súbita ameaça ao parceiro. Kerbrat-Orecchioni (2006, 81-82), propõe o seguinte conceito para atos que ameaçam a face dos interactantes anteriormente sugerido por Brown e Levinson (1987):

"A esse modelo reprovou-se, sobretudo, uma concepção excessivamente pessimista, e até mesmo "paranóide", da interação - representando os indivíduos em sociedade como seres vivos sob ameaça permanente de FTAs de todo gênero, e passando seu tempo a montar guarda em torno de seu território e de sua face. Com efeito, é incontestável que Brown e Levinson reduzem demais a polidez (cortesia) à sua forma "negativa": bastante revelador desse aspecto é o fato de eu, buscando reciclar a noção de ato de fala na perspectiva de uma teoria da polidez (cortesia) linguística, eles apenas tenham focalizado os atos potencialmente ameaçadores para as faces, sem pensar que alguns atos de fala também podem ser valorizantes para essas mesmas faces, como o elogio, o agradecimento ou os votos. Para explicá-los, é indispensável introduzir no modelo teórico um termo suplementar para designar esses atos que são, em alguma medida, o lado positivo dos FTAs: chamamos esses "anti-FTAs" de "FFAs". Kerbrat-Orecchioni (2006, p.81-82).

Apesar de sermos seres interativos por excelência, e em nossa essência buscarmos isso o tempo todo, até por uma questão tentarmos sobreviver, pois, nesse diálogo com o outro eu me constituo sujeito, eu participo do mundo, entretanto, nem sempre as interações se dão de forma completa, isto porque nem sempre o cooperativismo conversacional acontece. Sem cooperação não há conversação, não há interação, para que haja conversação, se faz necessário que os sujeitos discursivos estejam engajados, e que os tópicos discursivos apresentados na conversa sejam comuns aos dois interactantes.

Numa perspectiva defendida por Kerbrat-Orecchioni (2006) o discurso deve ser encarado como uma ação interativa fundado na sustentação de acordos, os quais se chegam por meio de negociações. E como objeto dessa negociação a interação pode ter a forma e o conteúdo da interação, como também as opiniões emitidas pelos

participantes do processo interativo, uma vez que tais opiniões poderão mudar o direcionamento de todo o processo.

Seguindo essa linha de pensamento podemos considerar que uma conversação poderá ser encerrada, uma vez que as partes envolvidas não encontram o comum para dialogarem. Para que isso não aconteça é necessário que um dos falantes, senão os dois, reformulem seus discursos, a fim de chegarem ao término da conversa de forma cooperativa ou com um possível acordo.

Nem tudo em uma conversação pode ser produto de negociação, há algumas coisas que são inegociáveis, como por exemplo: crenças e convicções. Entenda-se a seguinte situação, um católico, por exemplo, não poderá convencer ou negociar com um muçulmano que a verdadeira fé aquela que esse professa, seu esforço por maior que seja será inútil, ainda assim, temos um outro arquétipo, um torcedor do Flamengo não poderá ser convencido de torcer pelo Vasco, mesmo que esse torcedor vascaíno utilize seus melhores argumentos seu turno encontrará grandes dificuldades e se sobrepor, enfim, crenças e convicções não se negociam.

Nesse sentido, o tópico discursivo poderá ser sacrificado, e/ou o locutor desistirá por não haver interesse no tópico por ele defendido, chegando a conclusão de que a única maneira de cooperar é abortar o tópico em questão. O locutor entenderá que é melhor sacrificar um tópico conversacional do que uma relação por inteiro. Essa ação partirá de um falante que deseje prosseguir na interação.

Como fora dito, nem tudo pode ser objeto de negociação, esse nem tudo são na verdade crenças e convicções ou tópicos discursivos, estes são produtos ou não de negociação, quando não são negociáveis, não subentende dizer que a interação como um todo fica comprometida, pois, pode acontecer de um tópico ser malgrado e mesmo assim a conversação seguir seu rumo normalmente, na tentativa de permanecer as relações sociais.

Não pode haver interação se não houver *foco comum* entre as partes envolvida, e, sabemos que nem sempre existe o mesmo pelo fato de que as crenças e convicções são diversas e essa diversidade influi essencialmente no *foco comum*, sendo assim, se não há o comum em toda conversação, o que se pode fazer é tentar criar fatos os quais possibilitem o comum entre os interactantes. Outro problema capaz de gerar o desinteresse por parte de um dos interlocutores é o nível de conhecimento que se

partilha na conversação, em que um dos envolvidos na conversa pode não ter o mesmo nível, ou nível nenhum sobre o tópico discutido, isso, fará com que um dos interactantes force de alguma forma o final da conversa, ou pelo menos daquele assunto em pauta. Assim considerada a perspectiva exposta, esse artigo enfatiza os estudos conversacionais em sala de aula.

## **2 - Os estudos conversacionais em sala de aula: A Interação Professor**

A interação é na verdade uma construção cooperativa e contínua de sentido proposto por dois ou mais interactantes, temos com exemplo para isso a situação de sala de aula, embora nem sempre essa construção de conhecimento interativa ocorra de forma perfeita, pois, o professor e aluno poderão não construir determinado sentido ou conhecimento, por falhas comunicativas, na tentativa de explicar determinado tópico o aluno pode ficar sem entender o que fora explicado, se isso acontece, e sempre acontece por sinal, pode a interação ser comprometida, mas o professor poderá usar estratégias que controle essa falha, que seria exemplificar.

Se na tentativa de explicar ele não se saiu bem, então, esse interlocutor usa do artifício da exemplificação, isso poderá minorar tal problemática, a interação ou construção interativa do conhecimento poderá se dar de forma mais aproveitável. Entenda-se que para construção de conhecimento de forma interativa é necessário levar em consideração o contexto, as pessoas envolvidas, os interesses, o conhecimento partilhado.

Por exemplo, em um encontro entre amigos cuja perspectiva era falar interesses comuns, dar-se-á de forma mais fácil e os tópicos discutidos serão desenvolvidos com facilidade, sem interrupção ou interrupção de algum dos tópicos, entretanto, se fosse colocados frente a frente uma empregada doméstica que está lutando judicialmente por direitos trabalhistas e seu ex-patrão defendendo-se para não pagar suas dívidas trabalhistas, ter-se-á uma não cooperação e cada um dos envolvidos defenderá seu ponto de vista não havendo concordância nenhuma.

No jogo interativo, quando se deseja cooperar de forma significativa, busca-se apresentar interesses colaborativos, esses interesses são demonstrados algumas vezes

por elementos verbais, mas os não-verbais podem ser bem evidentes nesse processo, tais como: o olhar, o movimento corporais, como gestos com a cabeça sinalizando concordância, gestos, toques, prosódia, etc.

Gumperz (1982) aponta alguns elementos da prosódia importantes na construção de “pistas de contextualização”, tais como: (a) *entonação*; (b) *mudança de altura do som*; (c) *intensidade*; (d) *alongamento de vogais*; (e) *pausa e velocidade*; (f) *ritmo* e (g) *mudanças de registro no som*. Assim, é possível entender que uma atividade interacional envolve não apenas a linguagem oral, mas também a gestual, ou elementos não verbais, os quais funcionam como reforçadores do verbal, em que a falta de compreensão desses elementos podem causar a também falta de coesão conversacional.

Embora existam esses elementos na prosódia e tenhamos apresentados de forma separada, mas na análise conversacional esses elementos não podem ser vistos de forma separada, uma vez que os mesmos fazem parte de um todo. E pode ser elementos de análise fonológico e/ou sintático, mas esses elementos têm sua importância significativa também na semântica e na pragmática, igualmente na interpretação discursiva de uma conversação.

Uma das mais importantes noções da análise interacional é a de que é praticamente impossível dissociar os elementos verbais dos sociais, uma vez que os eventos interativos são os espaços em que se constroem e reconstroem, concomitantemente, a identidade do sujeito e da ordem social. Isso vem corroborar o que já se tem tido nesse trabalho, que *o sentido é na verdade coproduzido, negociado, e renegociado pelos sujeitos da interação*, em que cada falante da interação, fala do seu lugar social, algumas vezes não estando ligado ou preso a um sistema linguístico de forma estável: isto porque cada sujeito dessa interação possui seu próprio sistema linguístico, e, no processo da interação se constrói um sistema linguístico, em que os interactantes presentes negociarão seus próprios discursos/turnos/falas.

Há, no entanto, lugares discursivos, que embora sejam diferentes, em que cada interactante possui seus próprios discursos, não existem de forma dissociada, isso pelo fato de que um depende do outro, para que venham trazer existência do lugar social, ou melhor, lugares discursivos complementares ou discursos complementares, como por exemplo: professor-aluno. Embora o discurso institucional do professor, que em sua grande maioria é assimétrico, se manifeste de um lugar contraditório do aluno, mas o



discurso do professor não poderia existir sem o do aluno, por isso considerados como discursos complementares.

Convém ressaltar, que as intervenções que a aluno faz no processo de sala de aula, se dá de forma similar as do professor, como por exemplo, na díade *pergunta e resposta*, o posicionamento do discente em responder ou perguntar é uma forma complementar a fala do educador, mas não é só isso, a resposta do aprendiz é a informação ao professor de que o mesmo já sabe do conteúdo discutido, ou se apropriou da fala do professor, já a pergunta, informa que existem dúvidas sobre a matéria discutida, logo, tanto as respostas como as perguntas do aluno servem como complementos a fala do professor.

Sejam quais forem os sujeitos envolvidos na interação verbal, deve-se entender que a interação como uma atividade constitutiva da linguagem e do homem, assim como uma ação social, conjectura troca, compartilhamento de sentido, coaprendizado.

A falta de interação eficiente em sala de aula poderá trazer problemas para compreensão da linguagem e desenvolvimento da competência cognitiva do aluno. Além disso, essa carência de interação é resultado de uma concepção restrita do professor acerca do próprio processo de interação como meio de aprimorar a capacidade de aprendizado do aluno. Em tudo isso, podemos afirmar que existe um entrelaçamento entre a linguagem, interação e processos cognitivos, isso porque, seria praticamente impossível discutir as questões linguísticas e interativas deixando de contemplar a cognição humana. Já que a ambos estão plenamente ligados.

Consideramos ainda, que a conversação é o *locus* principal da interação humana e, é contaminada não só por atos sociais de caráter verbais, mas também de não verbais, uma vez que nessa situação discursiva fica evidente a presença de elementos não verbais, capazes de complementar as significações postas pelos elementos verbais e auxiliar tais elementos no âmbito da comunicação verbal.

## **2.1 - Relações simétricas e assimétricas no discurso do professor/aluno em sala de aula.**

O discurso em sala de aula tem sido motivo de várias pesquisas de mestrados e doutorados, isso, pela amplitude que essa temática tem despertado, o que se tem dito, o que se dirá nesse capítulo e o que outros dirão, não esgotarão as possibilidades de pesquisas. Santos (1999) caracteriza o discurso em sala de aula duplamente: Considera

*simétrico se o professor solicita a participação do aluno na efetivação do discurso. Assimétrico, situação em que um interlocutor tem mais poder que o outro na interação. Santos (2002) novamente fala dos conceitos de simetria e assimetria, estando o primeiro voltado à igualdade dos papéis dos falantes na interação; o segundo à desigualdade.*

Segundo Santos (1999), *o discurso em sala de aula é construído socialmente na interação professor e aluno*, nessa perspectiva, considera-se que o discurso em sala de aula torna-se uma prática social, uma vez que as pessoas envolvidas nos discursos assumem posições sociais na instituição que ambos se inserem no processo constitutivo do discurso.

No que diz respeito à conceituação de interação, é possível adotar o conceito de Santos (1999) a qual diz, *a interação é não somente o espaço em que a linguagem é produzida, mas também o meio através do qual os interlocutores se constituem como sujeitos que usam essa linguagem, meio não-acabado de interação*. Somado esse conceito compreender-se-ia que a interação em sala de aula é um processo que se dá através da palavra, constituída pelos sujeitos sociais nela envolvidos, considerando que as palavras só adquirem sentidos levando-se em conta as determinações sócio históricas dos interlocutores e contexto discursivo.

Dessa forma, percebe-se que os sujeitos envolvidos no discurso em sala de aula, são socialmente determinados, o que fará com que a relação que se estabelece entre ambos não apresente caráter de neutralidade discursiva, uma vez que, tanto o professor quanto o aluno, possuem suas próprias crenças, posições político-ideológicas diferentes, classes sociais dessemelhantes, opções de cunho religioso, valores, ideais, desejos, culturas, bem como a principal de todas as determinações sociais, a relação de poder, relações que podem está implícitas ou explícitas.

Embora, tenha-se em mente que o discurso em sala de aula possibilite a negociação de sentido de um determinado enunciado, convém ressaltar que o sujeito professor, como um representante da instituição escola, possui legitimação para exposição de um determinado saber, e que além de deter tal saber, possui legítimo saber também sobre o aluno. Saber que é socialmente autenticado pela academia e pelo currículo oficial do país.

Os sujeitos ocupam “lugares” construídos ideologicamente, a partir dos quais significam e resignificam. Cada sujeito discursivo a seu turno fala do “lugar” de aluno, de professor, de pai, etc., por isso, diz-se que *o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas* (Orlandi, 1999, p.42), portanto, no entrecruzamento do discurso de e entre sujeitos (professores, pais, alunos, etc.)

As palavras constroem sentidos diferentes, levando em consideração o discurso professor-aluno e os lugares diferentes que cada um desses interlocutores ocupa hierarquicamente, reflete relação de poder. Razão que faz da fala do professor ter um maior destaque em relação a do aluno. Isto porque *o professor é institucional e idealmente aquele que possui o saber e está na escola para ensinar, o aluno é aquele que não sabe e está na escola para aprender* (Orlandi, 1983, p. 24). Os sentidos das palavras não são os mesmos, pois cada sujeito discursivo tem seu percurso histórico, e marca de pertencimento de uma classe social diferente.

O discurso de sala de aula (doravante D.S.A.) está repleto da relação entre *saber* e o *poder*, esses elementos constitutivos do discurso em questão, são fatores preponderantes na determinação de ascensão de uma classe sobre outra, se as classes que detém o saber não mantiverem sempre coeso, poderão perder manutenção do poder ou o controle do discurso, e tudo poderá ser passado de forma natural aos olhos do senso comum. Assim, o professor é constituído o locutor, que distribui os turnos quando e como quiser, o que tornará o aluno na sua maioria das vezes insignificante receptor. Foucault (1979, p.183-4) diz que o poder é exercido somente em rede, não é um indivíduo enquanto o tal que o exercer, mesmo esse indivíduo é um efeito desse poder e ao mesmo tempo se constitui o centro de transmissão do poder que o atravessa.

Essa vontade de poder do aluno é a busca pela autoidentificação social, que através de seu diploma ingressará no mercado de trabalho, na expectativa de um bom emprego e estabilidade financeira, além disso, é claro, reconhecimento e conhecimento cultural e social. Nessa perspectiva, é possível defender que o aluno está envolto da malha de poder, mas não é só isso, uma vez que o indivíduo é efeito do poder e também transmissor do mesmo, o aluno exige a contrapalavra no D.S.A., isto porque a palavra é sempre do professor.

A relação discursiva professor-aluno no espaço de sala de aula, não pode ser vista como neutra ou harmoniosa; mas contrariamente a isso, ela é cheia de conflitos, visto que a interação verbal sugere o consentimento ou contrapalavra do outro, fazendo com que os pontos de vista circulem naquele espaço social, essa circulação de um *novo sentido* do discurso terá condições de favorecer ampliação de uma nova visão sobre o que fora dito no início.

A sala de aula é o lugar social que permite ao professor ser sujeito institucionalmente autorizado tanto para regular e distribuir os turnos/vozes no espaço escolar, quanto para *transmitir* o conhecimento circunscrito em determinada disciplina, quando o contrário acontece, e o aluno deixa de obedecer a certas burocracias, quebrando esse poder do professor e intervindo no discurso, se instala a contrapalavra, tem-se a constituição do discurso simétrico.

A busca pelo poder leva o aluno a desejar dias melhores, para isso é necessário, a posse de um diploma, a fim de ter melhores condições de competir no mercado de trabalho, o que leva a deduzir que, ser possuidor de um diploma significa ascensão profissional, uma vez que o país possui um alarmante quadro de desemprego pela falta de profissionais qualificados ou por ter-se um nível altíssimo de analfabetos, os quais estão excluídos de competir por melhores empregos, a aluno melhor formado terá possibilidade de melhor emprego. Assim, levando em consideração a visão que o capital passa, ter uma vida melhor é ter dinheiro, logo, ter dinheiro significa ter poder, e para isso, vale o sacrifício de submissão aos poderes e controles institucionais.

Nas palavras de Foucault (1979, p. 184), *O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação.* Os indivíduos circulam o tempo todo e juntamente o poder, o que leva ao entendimento de que o poder é rotativo, nessa perspectiva, é possível encontrar o ex-aluno, agora não mais como aluno, mas como professor, autorizado pela instituição a reproduzir os discursos ou as *verdades* que ouviram na instituição, através de seus antigos mestres e agora colegas de trabalho.

Van Dijk (1997) afirma que o poder é produto da relação social e não possui caráter individual, logo, se constitui essencialmente social, além desse conceito, esse autor diz que o poder é definido pelo controle que determinado grupo possui sobre o outro, esse controle alcança diversos âmbitos, inclusive sobre a mente dos indivíduos

dominados, de forma que a atuação do dominador poderá inclusive restringir a liberdade de aprendizado do dominado.

Van Dijk (1997) classifica o poder em dois grupos que ele chama de controle, *controle das ações (que podem incluir vigor ou que venham a ser persuasivo) e um tipo de controle mental.*

Santos (1999) explicita o conceito dado por van Dijk (1997) dizendo o seguinte:

As relações empreendidas por esse poder são produzidas em interações, isto é, dados dois grupos A e B, o primeiro tem poder sobre o segundo e, em condições reais, A controla o poder de B, o que vai permitir também que sejam controlados os desejos e planos de B, bem como as suas crenças. Para que o poder seja mantido ou exercido, é necessário, portanto, que A controle B, que, por sua vez, deve conhecer de A suas preferências e seus desejos e que o próprio poder seja efetivado dentro de uma linha ideológica que represente as cognições pertencentes a um grupo.

A língua é por natureza o lugar de instalação do poder, Kerbrat-Orecchioni (2006) diz, *Nós não vemos o poder que está na língua, porque esquecemos que toda língua é um ranking, e que qualquer classificação é opressiva. [...] A linguagem não é nem reacionária, nem progressista, ela é simplesmente fascista.* Fascista é a ideia que melhor se encaixa com a língua. Porque é na língua que o discurso se manifesta, e o discurso possui um relevante papel na manutenção do poder, isso por intermédio da fala envolvida na interação. A língua não serve a ninguém, mas a si mesma, a todo interlocutor, ela disponibiliza meio de interagir, mas apenas aos que dela fazem bom uso, possibilita condições reais para manutenção do poder. Santos (1999) diz que *diferentes formas de discursos e de poder, isto é, de um determinado poder emerge específicas manifestações discursivas.*

Segundo van Dijk (1997), *Poder é uma propriedade das relações entre grupos sociais, instituições ou organizações. Daí, só poder social, e não o poder individual.* Nessa perspectiva, o poder só existe nas relações sociais, toda e qualquer análise que se faça da dominação só serve aos propósitos da Análise Crítica do Discurso se levarmos em consideração o social, visto que uma análise do poder desvinculado das manifestações sociais seria praticamente impossível, uma vez que é no social que o poder se instaura, e é no discurso que o poder se manifesta, sendo assim, fica claro que também é no social que o discurso concretiza.

Para esse van Dijk (1997) na relação do discurso pedagógico, professor-aluno, o professor exercer o poder sobre o aluno uma vez que é o professor o interlocutor responsável pelo controle dos turnos conversacionais, não apenas os turnos como também estilo de fala, escolha lexical.

É o professor que escolhe e muda o tipo de atividade da aula e, portanto, o tipo de discurso (monólogos, diálogos com perguntas e respostas, sessões de leitura, exame, etc), que controla a distribuição do turno e quem seleciona, mantém e conclui os tópicos da interação pedagógica. O professor também controla o estilo de fala, incluindo escolha lexical, polidez e deferência. (van DIJK, 1998, p. 43)

Toda essa manifestação de poder ou dominação pelo professor se dá por várias razões, mas a principal é a formação que o docente possui, mas além dessa, pode-se considerar também a idade do profissional, a classe social que ele pertence, a autoridade de que ele apresenta em relação ao aluno, a sanções e ameaça do dia da prova, etc.

Santos (1999) considera que as relações de poder do dominante (professor) e dominado (aluno) pode ser tão intensa, que o aumento de poder do primeiro sobre o segundo implica diminuição da liberdade, isto é, o abuso desse poder poderá restringir a liberdade de escolha do aluno, uma vez que esse poder influenciará no que o aluno deve ou não aprender, nesse processo se instaura a *rede de poder*, ou seja, aluno apenas reproduzirá o poder. Segundo Foucault (1979) o sujeito (aluno) passa a ser o *centro de transmissão desse poder*.

Segundo van Dijk (1997) essa sujeição do aluno se dá porque o poder é organizado e institucionalizado, de modo a permitir um controlo mais eficaz e permitir formas de rotina de reprodução de poder, isto é, como o aluno está inserido na instituição escola, ele fica de certa forma obrigado a se submeter aos poderes institucionais, nesse aspecto, defendemos que o poder não é do indivíduo professor, mas da instituição que o torna sujeito autorizado a lhe representar.

Os estudos conversacionais promulgam que em uma conversa um falante atual pode escolher o próximo falante, dirigindo-se a ele, nomeando-o, se isso não acontece, qualquer falante poderá nomear-se como próximo falante, caso isso não ocorra, o turno conversacional volta para o falante que deu início a fala, mas no discurso assimétrico de sala de aula nem sempre essa prática acontece, posto que o professor nomeia o falante, aluno, a falar, quando esse não fala o professor instiga-o a fala, caso não fale, o turno

volta para o professor, uma vez que o professor pode escolher a vez do aluno a falar, mas é impossível de o aluno escolher a hora em que o professor deve falar.

O professor não tem apenas o poder de dizer quando o aluno deve falar, mas também de interrompê-lo na hora que quiser, isso ele o faz quando percebe que o turno do aluno não traz nada a acrescentar a tópico discursivo em questão e se torna insignificante o que o aluno está dizendo naquele instante.

Assimetria é muito enfática no tipo de aula expositiva, não obstante o professor apresenta o tópico discursivo, e o papel do aluno é mais de absorver aquele conhecimento, nessa atividade o professor parece usar mais o monólogo, embora essa postura pareça autoritária, algumas vezes é quebrada pelas intervenções do aluno, quando assevera com a cabeça, indicando entendimento ou não do assunto abordado. Esses elementos paralinguísticos não verbais, como gestos, movimentos do corpo, expressão facial, direção do olhar, proximidade e contatos físicos são ações presentes em interações conversacionais e têm frequentemente um papel muito importante, pois complementam e dão suporte à atividade da fala.

Mesmo que o conceito simetria e assimetria esteja presente nesse trabalho, e entendemos ser o D.S.A. predominantemente assimétrico, uma vez que os participantes desse discurso poderão mudar de lado a qualquer momento, o que poderá ser uma quebra desse paradigma, logo apreendemos que nomear o discurso de sala de aula dessa forma apresenta uma certa dificuldade, se não levarmos em consideração o contexto que o emprega-se, posto que o discurso pode ter caráter assimétrico em um contexto e interação, mas poderia também ter uma característica diferente em outro contexto e interação.

Embora esse discurso tenha uma força muito grande nesse tipo de aula, o professor é consciente desse autoritarismo no discurso, que para resolver esse dilema ele precisa envolver os ouvintes no processo de interação, como forma de facilitar a compreensão dos assuntos expostos ou discutidos.

O professor sabe que não basta apenas expor a matéria em questão, mas é preciso levar o aluno a se envolver com as questões, para isso ele precisa criar um clima de coparticipação entre os alunos e ele, feito isso, facilitará melhor captação dos conteúdos veiculados no ambiente de sala de aula.

Essa postura do professor se dá quando o mesmo percebe que a prática da aula expositiva está tornando sujeitos passivo, embora, para Bakhtin (2006) essa passividade não exista, para esse autor, mesmo o silêncio se constitui uma resposta, mas no que diz respeito ao ato conversacional, a não participação do aluno o torna um receptor inerte, ao não se posicionar concordando ou não com que está sendo dito, em que o aluno apenas absorve o conteúdo e o reproduz.

Para preencher a lacuna que esse tipo de discurso possui, segundo Galembeck (2005), o professor usa alguns recursos que tornará a aula que em sua *genesis* era assimétrica em uma aula simétrica, tais como, a) recursos fáticos; b) recursos de construção e reconstrução do texto falado. Esse mesmo autor caracteriza os recursos fáticos como o seguinte:

- a) emprego de primeira pessoa do plural (nós);
- b) o emprego de um pronome de segunda pessoa (você);
- c) perguntas retóricas;
- d) marcadores de busca de aprovação ou assentimento;
- e) apelo ao esforço e à participação;
- f) emprego de linguagem coloquial.

Com relação aos recursos de construção e reconstrução do texto falado ele classifica como os seguintes:

- a) os exemplos e a analogia;
- b) diálogos simulados;
- c) testemunho e alusão a fatos históricos;
- d) alusão a aulas anteriores;
- e) paráfrase;
- f) repetições;
- g) comentários conclusivos.

Cada um desses elementos tanto os recursos fáticos como os recursos de construção e reconstrução do texto falado são usados pelo professor na aula de expositiva, na intenção de negociar a construção conhecimento. Segundo Galembeck (2005): *recursos fáticos, como tal entendidos aqueles que se destinam a estabelecer o contato entre os interactantes e a mantê-lo, já os recursos de construção e reconstrução do texto falado, facilitam ou propiciam a compreensão da mensagem.* Esse mesmo autor fala ainda que os recursos fáticos e construção e reconstrução de textos podem assumir um o lugar do outro.



Segundo Santos (1999) *a negociação é o ponto mais importante para o desenvolvimento do caráter interativo do discurso oral*. Quando se trata do discurso em sala de aula essa ideia apresentada por essa autora é muito relevante, não obstante, não pode haver um discurso cujo objetivo seja o aprendizado, se não houver negociação dos sentidos, se isso acontece não há aprendizado, pois que, o aprendizado se dá na cooperação entre o professor e o aluno.

Para que haja a negociação de sentido em uma conversação é necessário se levar em conta alguns pontos promulgados por Santos (1999):

- saber quando começar e terminar uma conversação, pois, há conversação quanto à abertura ou ao término de cada conversação;
- saber tomar a palavra do outro, reter e construir seu turno de fala ou terminar seu turno e ceder a fala ao outro;
- utilizar a interação com seu interlocutor, pois isso vai contribuir para que haja a construção do tema proposto;
- saber que, em situação didática, é o professor que aponta o tema do discurso.

Como se tem dito anteriormente, o professor não tem apenas o poder de dizer quando o aluno deve falar, mas também de interrompê-lo na hora que quiser, isso ele o faz quando percebe que o turno do aluno se torna insignificante. Nesse sentido, a coesão entre os discursos é muito relevante, posto que, os interlocutores se engajam todo tempo na tentativa de que aquilo dito seja coeso com que estava sendo dito, essa posição que os interlocutores do D.S.A. tomam é uma tentativa de serem seus discursos coerentes e mais fáceis de entendimento para os participantes de tal discurso.

A manutenção do poder no D.S.A. se dá especificamente por elementos de natureza linguística, posto que a prática de sala de aula cuja constituição é interativa, tem com primordial o uso da linguagem para sua realização, isto porque, o professor e o aluno estão todo o tempo revezando seu lugares discursivo, ora o professor fala, ora o aluno. Nessa alternância de papéis enunciativa é que se mantém a relação de poder, é nessa troca ou manutenção do turno que se detecta o poder, não apenas isso, mas ainda o domínio do tópico discursivo, isso significa que no D.S.A., o professor sempre vai assumir essa posição de poder, isto porque, é o professor quem controla os tópicos a serem discutidos, o que dá a ele (o professor) também certa vantagem sobre o aluno, já que esse terá sempre menor poder argumentativo e/ou conhecimento a ponto de dominar um tópico por maior tempo que aquele.

Santos (1998) considera os seguintes elementos linguísticos capazes de manutenção do poder na relação professor-aluno: *o turno conversacional, tópicos discursivos, repetição, indiferença a resposta do aluno, a contrapalavra do aluno, modalidade e modalização, operadores modais,*

Apesar de haver essa relação de poder na interação professor-aluno, e esses sujeitos pertencerem a mundos diferentes, serem diferentes, pensarem diferentes, mas o diálogo se dá normalmente, sem que essa diferença entre ambos possa arranhar a alteridade discursiva, posto que é na diferença que a dialética é construída. Segundo Kerbrat-Orecchioni(1991, p.121). *vozes diferenciadas, seres diferentes que podem verdadeiramente dialogar.*

Alguns turnos conversacionais em sala de aula podem trazer determinados enunciados capazes de chamar atenção dos participantes do discurso, e predominar por um bom tempo em discussão, Segundo Santos (1999) isso é na verdade uma estratégia do professor, em que o mesmo tem a intenção de chamar mesmo a atenção de todos para o que está sendo dito. Essa estratégia discursiva é obtida, pela *intensidade e timbre de voz, duração do turno, momento da intervenção, conteúdo conceitual, o papel do locutor e a maneira como expõe o turno.*

Para essa autora, a predominância do conteúdo conceitual tem grandes relevâncias nos estudo do D.S.A., visto que o professor usar essa predominância, cita outros teóricos para reforça seus argumentos, é o que a Linguística Textual chama de citação de autoridade. A verdade é que o uso desse tipo de citação leva o interlocutor a creditar no que está apresentado a total confiança, mas no discurso de sala de aula, isso tem a intenção mesmo fazer o aluno a rendesse aos argumentos de poder que o professor tem, porque o uso de outro teórico, é dizer ao aluno: Não sou eu, apenas eu que falo isso, mas outros concordam com o que estou dizendo.

Como o entendimento da relação de poder em que estão inseridos os sujeitos conversacionais de sala de aula é que é possível compreender o processo educacional, e não apenas isso, como também tomar decisões capazes de alterar o processo de ensino e aprendizado.

Mesmo que tenha-se a relação de poder (relação assimétrica) entre professor e aluno como benéfica, por considerar que sua instauração no que tange ao controle da indisciplina seja necessária, não é possível assim ser compreendida no que diz respeito

ao processo interativo de sala de aula, uma vez que os alunos são instigados a participar das aulas, isso através de questões levantadas pelo professor ou de comandos capazes de constrianger o aluno a uma resposta, contribuindo dessa forma para que o aluno tivesse, mesmo que por meio de constrangimento um a resposta.

## Referências

BAKHTIN, M. M. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira; 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BROWN, P. & LEVINSON, S. **Politeness**: Some universals in language usage. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979.

GALEMBECK, Paulo de Tarso. **O tópico discursivo**: procedimentos de expansão. In: PRETI, Dino (Org.). Diálogos na fala e na escrita. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

GUMPERZ, John J. **Discourse strategies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Análise da conversação**: princípios e métodos. Tradução: FILHO, C. P. São Paulo: Parábola, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Para quem é o discurso pedagógico**. In: A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e Leitura**. São Paulo: Cortez, 1999.

van Dijk, T. A. **Discourse and Power**. In James Anderson (Ed.) Communication Yearbook. Beverly Hills, CA, Sage, 1988.

\_\_\_\_\_. **Discourse Studies**. A Multidisciplinary Introduction. 2 vols. London: Sage, 1997.

SANTOS. M. F. O. **Professor-aluno**: as relações de poder. Curitiba: HD Livros, 1999.